

Magistradas e Magistrados, Senhoras e Senhores,

A magistratura mineira se reúne altiva, pelo quarto ano consecutivo, para homenagear o dedicado esforço, trabalho profícuo, estudo continuado e compromisso com a democracia e a cidadania daqueles honrados magistrados que se aposentaram no ano passado.

Nesta noite especial, manifestamos o reconhecimento e agradecemos nossos magistrados aposentados, desta vez, os juízes e desembargadores que se aposentaram em 2013. O ato já integra uma tradição que simboliza nossa admiração, respeito e gratidão.

Minas Gerais e o Brasil ficaram muito melhor com a atuação de vocês, que muito orgulho dá à magistratura mineira e ao Judiciário brasileiro e mineiro.

Uma etapa foi concluída, e agora vêm o merecido descanso e maior convivência com os familiares. Mas como dizia aquele velho jargão dos líderes: a luta, como a vida, continua, caros colegas.

Como membros da família de magistrados, nós não abriremos mão de vocês, ao contrário, precisamos de vocês aqui na vida associativa, somando a atuação de ativos e inativos pelas conquistas de que são de toda a classe e em defesa de um país mais justo.

Não entendam isso como invocação, mas como chamamento. Lá, nos fóruns e no tribunal, a missão foi cumprida com louvor; aqui, ela é inacabada e renovada, a cada dia, e conta firmemente - carece, na verdade -, com o apoio, presença e atuação de todos vocês. As mudanças são permanentes e dinâmicas. Daí, a importância da união, integração e convergência que sempre pautaram nossa histórica Associação. Magistrados é o que somos; somos Amagis.

Vivemos um novo momento, ou como reconheceu o presidente eleito do Supremo Tribunal Federal, o eminente ministro Ricardo Lewandowski, ao citar o filósofo e historiador italiano Norberto Bobbio, o mundo passou a viver a Era dos Direitos, com o Poder Judiciário assumindo papel fundamental na transição entre os séculos XX e XXI.

Essa nova era não começou nem está começando agora, mas deu os primeiros passos há pelo menos 26 anos, desde a Constituição Federal de 1988, ao marcar a profunda transição na democracia, antes representativa, agora participativa.

Essa mudança trouxe um aumento expressivo no volume de demandas judiciais. O trabalho de todos vocês, com a rica experiência adquirida, nos demonstrou que devemos buscar outras formas para a solução dos conflitos sociais, como conciliação, mediação, arbitragem e Justiça Restaurativa, já adotadas com êxito aqui em Minas.

Nós temos hoje no país cerca de 100 milhões de processos em tramitação para apenas 18 mil juízes federais, estaduais, do trabalho, eleitorais e militares. Ainda assim, o país está e vive em paz graças, em grande parte, aos juízes que fazem e distribuem justiça diariamente de norte a sul. Essa enorme litigiosidade é resultado da confiança do povo brasileiro no Judiciário. A confiança é o nosso principal patrimônio. Sem ela, não há democracia; sem ela, a cidadania é enfraquecida.

A experiência dos senhores e das senhoras está a dizer que é preciso evitar que conflitos menores sejam levados ao Judiciário e que possam ser resolvidos pela própria sociedade. Hoje, se buscamos formas alternativas de eficiência judicial é porque aprendemos, evoluímos com o trabalho de cada um de vocês.

Por conta dessa mentalidade vigente na sociedade, segundo a qual todos os conflitos e problemas sociais serão resolvidos mediante o ajuizamento de um processo, o ministro Ricardo Lewandowski adiantou que sua gestão, na presidência da mais Alta Corte, terá como uma de suas marcas o estímulo aos meios alternativos de solução de conflitos.

Quero compartilhar também com todos vocês outra boa-nova ouvida do novo presidente do Supremo em nossa última viagem a Brasília, na semana passada, quando participamos de eventos comemorativos dos 65 anos de nossa associação maior, a AMB. Foi um encontro muito profícuo e reanimador.

Antes mesmo de tomar posse como presidente do STF, o ministro mostrou-se disposto, e assim o fez, a intensificar o diálogo com a magistratura. Debateu sobre os principais temas de interesse da classe, como a PEC 63, que resgata a valorização pelo tempo de serviço, a melhoria nas condições de trabalho e as eleições diretas no Judiciário.

Em conversa com os magistrados, Ricardo Lewandowski defendeu a valorização da magistratura e reverenciou o trabalho desenvolvido pelos juízes brasileiros, creditando a eles a manutenção da normalidade institucional no país.

Adiantou que sua gestão, no Supremo e no CNJ, se pautará pelo diálogo com as associações de magistrados e com a sociedade em geral. Assim foram suas palavras: “Prendemos facilitar e permitir que os juizes tenham todas as condições de melhorar os serviços jurisdicionais, com condições adequadas, equipamento, material humano e uma remuneração digna”.

Aliás, o primeiro passo dessa reaproximação com os juizes foi dado aqui, na Amagis, no dia 30 de junho passado, quando a ministra Cármen Lúcia, vice-presidente eleita do STF, inaugurou esse debate para ouvir as propostas da magistratura mineira ao aprimoramento do Judiciário, desde a formação de novos juizes, o novo estatuto da magistratura a critérios de promoção e segurança dos fóruns.

Diante disso, é grande a expectativa da AMB, da Amagis e das demais Associações de magistrados com relação à nova gestão do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça. Tão ou mais importante ainda é o resgate do reconhecimento das prerrogativas da magistratura, que são fundamentos da própria democracia e do regime republicano.

Como disse, a tarefa é enorme e o compromisso permanente, razão pela qual não podemos abrir mão da importante presença e participação de vocês. Magistradas e Magistrados, em nome de nossa Amagis, a única e exclusiva representante da magistratura mineira, agradeço a todos por terem elevado o nome do Judiciário mineiro e dignificado a carreira e a classe.

Muito obrigado.